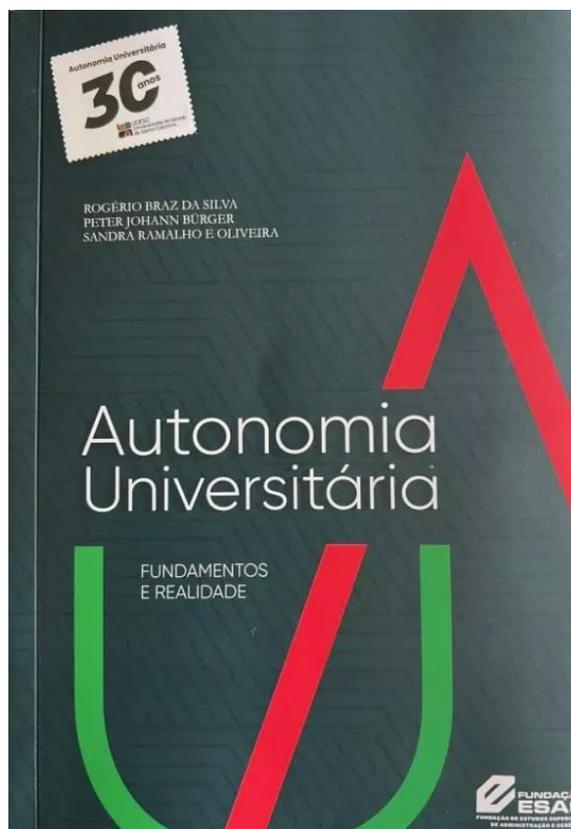


Resenha do livro
“Autonomia Universitária: Fundamentos e Realidade”



SILVA, Rogério Braz da; BÜRGER, Peter Johann; RAMALHO E OLIVEIRA, Sandra. (orgs.).
Autonomia Universitária: Fundamentos e Realidade. Florianópolis: Editora UDESC, 2023.

Camila Lopes Ferreira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Curitiba/PR – Brasil
clferreira@utfpr.edu.br

Luiz Alberto Pilatti

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Curitiba/PR – Brasil
lapilatti@utfpr.edu.br

Claudia Tania Picinin

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Curitiba/PR – Brasil
claudiapicinin@utfpr.edu.br

Para citar esta resenha:

FERREIRA, Camila Lopes; PILATTI, Luiz Alberto; PICININ, Claudia Tania. Resenha do livro “Autonomia Universitária: Fundamentos e Realidade”. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 26, n. 60, p. 340-345, jan./abr. 2025.

DOI: 10.5965/1984723826602025340

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723826602025340>

O livro *Autonomia Universitária: Fundamentos e Realidade*, organizado por Rogério Braz da Silva, Peter Johann Bürger e Sandra Ramalho e Oliveira (2023), vai além de uma simples celebração dos 30 anos da regulamentação da autonomia da UDESC, posicionando-se como uma obra essencial para qualificar o debate sobre o futuro da autonomia universitária no Brasil, um tema muitas vezes marginalizado. Dividido em 14 capítulos, prefaciados por Arlindo Philippi Junior, o livro reúne contribuições de diversos autores que abordam a autonomia universitária sob múltiplas perspectivas, explorando sua influência no desenvolvimento acadêmico, científico e social das universidades. Os capítulos destacam a importância e os desafios da autonomia, as limitações impostas após a Constituição de 1988, os entraves administrativos e as experiências de sucesso e fracasso na consolidação da autonomia nas universidades brasileiras, com ênfase nos casos de sucesso das universidades estaduais paulistas, que conquistaram autonomia financeira em 1989, e da UDESC, que alcançou sua autonomia em 1994.

Essa discussão é introduzida no prefácio, no qual a autonomia universitária é ressaltada como fundamental para o desenvolvimento sustentável, para a produção de conhecimento, a pesquisa e a inovação. Arlindo Philippi Junior argumenta que, com autonomia e apoio adequado, as universidades podem planejar suas ações com liberdade, formando profissionais qualificados e resolvendo problemas sociais e econômicos. O prefácio destaca que, embora a autonomia esteja consagrada na Constituição de 1988, desafios como interferências políticas e a falta de regulamentação eficaz ainda persistem. Philippi Junior também menciona o papel das universidades durante a pandemia de COVID-19, evidenciando a necessidade de uma autonomia que permita respostas rápidas e eficazes em crises. Ele conclama a sociedade a fortalecer o diálogo sobre a autonomia universitária, ressaltando sua importância para o progresso das universidades e do país como um todo.

No capítulo "Autonomia da Universidade", Waldir Berndt explora a autonomia como essencial para que as universidades sirvam à sociedade em vez de interesses políticos ou econômicos específicos. Berndt enfatiza que a autonomia deve ser uma relação dinâmica com a sociedade, em que a universidade contribui com soluções para questões sociais enquanto preserva sua liberdade administrativa, financeira e acadêmica. Essa

independência permite à instituição tomar decisões estratégicas para a disseminação do conhecimento, cumprindo seu papel social de forma independente de controles externos.

Cristovam Buarque, em "Autonomias necessárias e inconvenientes", discute como a autonomia universitária é vital para o progresso acadêmico e a liberdade de pensamento, fatores essenciais para a inovação e o avanço da sociedade. Entretanto, o autor alerta sobre os perigos de certas formas de autonomia, como o isolamento acadêmico, o corporativismo e a partidarização interna, que podem comprometer a missão universitária. Além disso, Buarque critica a valorização excessiva de títulos acadêmicos e a desconexão com a educação básica, defendendo a necessidade de um equilíbrio para que a autonomia não se desvie do compromisso social das universidades.

No capítulo "As eleições como elemento da autonomia universitária", Paulo Cezar Cassol examina como as eleições internas para dirigentes influenciam a autonomia e a gestão democrática das universidades, engajando professores, técnicos e estudantes. Cassol apresenta três modelos de eleição — proporcional, paritário e universal — e argumenta que esses processos eleitorais promovem transparência, participação e independência, reforçando a liberdade acadêmica e a autonomia universitária.

Em "A autonomia universitária após trinta e cinco anos da Constituição Federal de 1988", Davi Valdetaro Gomes Cavaliere revisita a trajetória da autonomia universitária no Brasil desde a Constituição de 1988. O capítulo aborda o impacto do artigo 207, que assegura a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira às universidades, e explora como essa autonomia tem sido restringida na prática, especialmente por decisões judiciais. Cavaliere conclui que, apesar de progressos, a autonomia tem sido gradualmente enfraquecida e que são necessárias revisões para garantir uma gestão mais eficaz e preservar a liberdade acadêmica.

David Driemeier, no capítulo "Autonomia das Universidades", aborda os desafios enfrentados pela autonomia universitária, destacando como a falta de alinhamento entre os projetos das universidades e os ciclos políticos e administrativos afeta a gestão acadêmica. Driemeier critica a burocracia e a incompreensão dos governantes sobre as peculiaridades das universidades, o que gera dificuldades na execução de projetos e na alocação de recursos. A defesa é de que a autonomia é imprescindível para que as universidades possam atender às demandas de ensino, pesquisa e inovação.

Cárlida Emerim, em "A noção de autonomia como elemento semiótico", adota uma perspectiva semiótica para analisar como a autonomia universitária é construída e interpretada em diferentes contextos, como o jornalismo e a gestão acadêmica. Ela vê a autonomia como um signo que molda percepções e práticas institucionais, mostrando que os significados atribuídos a ela influenciam diretamente a realidade das universidades.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, no capítulo "Autonomia Universitária nas Universidades Federais: conquista inacabada", reflete sobre o processo de implementação da autonomia nas universidades federais brasileiras a partir da Constituição de 1988. O capítulo aponta que, apesar de prevista na lei, a autonomia ainda enfrenta limitações severas devido a legislações e controles externos que dificultam a gestão. Há uma crítica à ausência de um marco jurídico que proteja plenamente essa autonomia, tornando-a uma conquista ainda incompleta.

Sandra Makowiecky, em "Autonomia universitária: é possível pensar num futuro melhor, com menos fissuras, descontinuidades e contradições?", aborda as contradições e desafios práticos da autonomia universitária. Ela critica a diferença entre o que é previsto legalmente e o que é vivenciado pelas universidades, apontando que a dependência de recursos públicos e as pressões políticas fragilizam a autonomia. A proposta é redefinir práticas para que as universidades possam exercer sua missão educacional de forma mais plena e menos vulnerável.

Antonio Elizio Pazeto, no capítulo "Autonomia Universitária: princípios, inconsistências e bases sustentáveis", questiona se a sociedade, o governo e as universidades compreendem os verdadeiros princípios que sustentam a autonomia universitária. Pazeto aponta inconsistências e sugere que a autonomia deve ser fundamentada em bases sólidas que conciliem a liberdade acadêmica com a responsabilidade social, buscando superar as contradições e promover uma gestão mais eficaz.

Nina Beatriz Stocco Ranieri e Guilherme Ary Plonski, no capítulo "Autonomia Universitária: a experiência paulista", apresentam a autonomia das universidades públicas paulistas como um modelo de sucesso. O texto destaca o contexto político e econômico que possibilitou a conquista da autonomia financeira e administrativa dessas instituições

no final dos anos 1980, mas também reconhece fragilidades, como a dependência de recursos estaduais e a ausência de um marco regulatório estável.

Em "Quando autonomia e desregulação se confundem", Dilvo Ristoff alerta para os riscos da concessão de autonomia sem as devidas regulamentações, destacando que a autonomia mal aplicada pode levar à mercantilização do ensino superior e à queda da qualidade acadêmica. O capítulo enfatiza a importância de não confundir autonomia com desregulação, uma falha que compromete a credibilidade das instituições.

Antonio Waldimir Leopoldino da Silva, em "A trajetória de construção da autonomia na UDESC", relata a história da autonomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), evidenciando as lutas e os desafios enfrentados pela instituição ao longo dos anos para conquistar maior independência. O texto destaca que, apesar das conquistas, a autonomia da UDESC continua a ser ameaçada por intervenções externas.

No capítulo "Autonomia - Experiências de um período na gestão da UDESC", Marcus Tomasi compartilha suas experiências enquanto gestor da UDESC, destacando os desafios enfrentados na prática da autonomia universitária e as frequentes interferências políticas. Tomasi defende a importância da autonomia para a governança e o fortalecimento institucional, mesmo diante das dificuldades encontradas.

Por fim, Adil Knackfuss Vaz, em "Autonomia da UDESC: oportunidade perdida?", analisa como decisões políticas e administrativas têm restringido a autonomia da UDESC. O capítulo argumenta que a falta de um marco legal específico representa uma oportunidade perdida para consolidar a autonomia e fortalecer a gestão da universidade, impactando negativamente seu papel educacional.

Diante dessa ampla gama de abordagens, o livro *Autonomia Universitária: Fundamentos e Realidade* oferece uma visão abrangente das múltiplas facetas da autonomia universitária, destacando tanto suas potencialidades quanto os desafios que a cercam. A autonomia universitária, historicamente influenciada pela Reforma de Córdoba de 1918, tornou-se um marco na educação superior na América Latina, especialmente ao introduzir conceitos de liberdade acadêmica e gestão democrática nas universidades, como resposta ao controle elitista e eclesiástico vigente. No Brasil, esses ideais demoraram a se consolidar, mas impactaram significativamente as discussões sobre autonomia ao

longo do século XX, culminando na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a autonomia universitária como um direito fundamental, abarcando as dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Apesar de consagrada na Constituição, a autonomia enfrenta barreiras significativas, como interferências políticas, falta de regulamentação eficaz e controles externos que limitam sua efetivação plena. As discussões ao longo dos capítulos do livro refletem essas dificuldades e a necessidade urgente de um marco regulatório claro, que resguarde as universidades das pressões externas e assegure um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico. No entanto, mais de 30 propostas de regulamentação da autonomia universitária permanecem paradas no Congresso Nacional, algumas há décadas, o que demonstra a complexidade do tema e a necessidade de avanços legislativos para garantir que a autonomia seja mais do que um conceito teórico.

No fecho da obra, fica evidente que a autonomia universitária não é um conceito estático, mas um processo em construção, moldado por pressões internas e externas. Os autores defendem que a autonomia deve ser protegida e responsiva às demandas da sociedade, refletindo a influência histórica de movimentos como a Reforma de Córdoba, que continuam a inspirar a luta pela liberdade acadêmica. Para que as universidades brasileiras possam cumprir plenamente seu papel, é indispensável que o debate avance na busca por soluções e regulamentações que fortaleçam a autonomia, garantindo que esse valor essencial se mantenha como um pilar fundamental do ensino superior e do desenvolvimento nacional.

Recebido em: 08/09/2024

Aprovado em: 19/11/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 26 - Número 60 - Ano 2025

revistalinhas@gmail.com